

REVISTA DIGITAL DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA

# MULHER

NA CÂMARA

## IMPACTO DOS JUROS NAS FAMÍLIAS

PEC PROPÕE LIMITE DE JUROS PARA DIMINUIR ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

## MULHERES NA POLÍTICA

CMULHER PROMOVE SEMINÁRIO COM REPRESENTANTES INTERNACIONAIS PARA DISCUTIR PRESENÇA FEMININA NA POLÍTICA

## VIOLÊNCIA E FEMINICÍDIO

CMULHER VAI A SÃO PAULO DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ENTREVISTA

DÉBORA DINIZ FALA SOBRE FEMINICÍDIO

AUDIÊNCIA

DIREITO À CIDADE É DEBATIDO

MISOGINIA

LEI LOLA TEM SIDO APLICADA?

# Expediente

Presidenta **Ana Perugini (PT/SP)**  
1ª Vice-presidenta **Luizianne Lins (PT/CE)**  
2ª Vice-presidenta **Laura Carneiro (DEM/RJ)**  
3ª Vice-presidenta **Zenaide Maia (PHS/RN)**

## TITULARES

Dâmina Pereira (PODE/MG)  
Elcione Barbalho (PMDB/PA)  
Gorete Pereira (PR/CE)  
Janete Capiberibe (PSB/AP)  
Jô Moraes (PCdoB/MG)  
Keiko Ota (PSB/SP)  
Luana Costa (PSC/MA)  
Maria Helena (PMDB/RR)  
Raquel Muniz (PSD/MG)  
Vicentinho (PT/SP)  
Yeda Crusius (PSDB/RS)

## SUPLENTES

Benedita da Silva (PT/RJ)  
Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)  
Christiane de Souza Yared (PR/PR)  
Diego Garcia (PODE/PR)  
Erika Kokay (PT/DF)  
Flávia Moraes (PDT/GO)  
Jean Wyllys (PSOL/RJ)  
Marcos Reategui (PSD/AP)  
Professora Marcivania (PCdoB/AP)

Secretária-executiva Valéria Pessoa

## Assessores técnicos da CMULHER

Anne Martins de Paula  
Marcel Eduardo Vieira Moraes  
Marcelle Rodrigues Campello Cavalcanti  
Marília Amora de Queiroz

Editor-chefe: José Jance Marques

Projeto Gráfico e diagramação: José Jance Marques

Câmara dos Deputados  
Anexo II – Pav Superior - Sala 150, Ala B  
Praça dos Três Poderes - CEP: 70160-900 - Brasília/  
DF  
Telefones: (61) 3216-6961  
E-mail: cmulher.decom@camara.leg.br

## Violência doméstica e feminicídio

**CMulher** vai a São Paulo para debater violência contra a mulher



## PEC contra juros abusivos

Proposta de Emenda à Constituição quer limitar juros abusivos para diminuir impacto no orçamento familiar.



### Ativista fala sobre invisibilidade lésbica

Janaína Oliveira denuncia o aumento de casos de estupro corretivo e os episódios de invisibilidade lésbica.



### Mulheres Inspiradoras em pauta no "Tribuna"

Prof. Gina conta a experiência com o premiado programa Mulheres Inspiradoras, que já mudou a realidade de muitos estudantes.

# Seminário Mulheres na Política

Comissão promove seminário internacional para debater o espaço das mulheres na política.



## Lei Lola é tema de audiência pública

Comissão promove debate sobre a aplicabilidade da lei que pune a misoginia online.



## Entrevista com Débora Diniz

Um dos maiores nomes mundiais quando o assunto é empoderamento feminino, a antropóloga e professora da UnB fala sobre feminicídio.



## Café com Elas recebe a imprensa feminina

Deputadas repercutem com jornalistas especialistas na pauta da mulher as decisões do STF e TSE sobre recursos para as mulheres.



# A defesa das mulheres é nossa agenda

**O** mês de junho foi um mês intenso e cheio de debates na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados e estamos conseguindo aos poucos trazer de volta os movimentos de mulheres que se afastaram desde a gestão de Cunha. E só conseguimos reaproximar as pessoas da Casa do Povo à medida que mostramos trabalho e compromisso com a pauta que nos comprometemos a defender quando fomos eleitos e a minha é em defesa dos Direitos das Mulheres.

Debatemos a aplicabilidade da Lei 13.642/2018 – Lei Lola, que atribui à Polícia Federal a investigação de crimes praticados na internet que difundam conteúdo misógino. Isso se faz necessário porque considerando apenas as denúncias veiculadas na imprensa entre 2015 e 2017, foram 127 brasileiras que tiraram a própria vida após terem sido vítimas de exposição na internet, conforme o estudo “Crimes cibernéticos, violência contra a mulher e pedofilia”, feito pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Também tivemos o Seminário Internacional sobre As Mulheres na Política, onde debatemos as mudanças eleitorais que impactam na vida das mulheres, como a Reforma eleitoral e o advento dos 30% dos recursos e do tempo de TV e rádio para as mulheres. Foi debatida a comunicação nas campanhas eleitorais, o combate à fake news e os principais pontos abordados nas pesquisas que apontam a tendência dos votos que as mulheres depositam nas urnas. Tivemos a oportunidade de ouvir as experiências nórdicas de participação política, com representantes da Suécia e Finlândia e mediação da Onu Mulheres. E para fechar com chave de ouro, debatemos a participação das mulheres negras nos espaços de poder, tendo a deputada Benedita da Silva, a mulher negra que mais ocupou espaços de poder nesse país, dando o seu testemunho e inspirando dezenas de mulheres que estavam presentes e participativas até o final do debate.

Em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, debatemos o direito das mulheres à cidade, à luz do Estatuto da Cidade. Isso porque os centros urbanos, cada vez mais populosos, empurram parte da população para as periferias e as mulheres precisam enfrentar horas de deslocamento, o que torna o trajeto cansativo e perigoso. Além disso, faltam creches e espaços de lazer, o que dificulta mais ainda o direito da mulher à cidade. O debate também falou sobre a sub-representatividade das mulheres no espaço de poder institucionais, o que acaba resultando em legislações e políticas que reforçam estereótipos de gênero e mantêm as mulheres como principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados, afastando-as cada vez mais da vida pública.

Trabalhar em conjunto é o cerne da CMulher e por isso debatemos conjuntamente com a Comissão de Defesa do Consumidor a PEC 160/2015, de autoria da Deputada Zenaide Maia, que propõe que as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras em suas

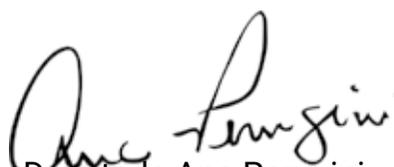
operações de crédito não poderão exceder ao limite de três vezes a taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central do Brasil. Isso porque o cartão de crédito permanece como a principal forma de endividamento, atingindo 76,4% das famílias que possuem dívidas. E o número de lares chefiados por mulheres saltou para 40% em 2015, de acordo com a sondagem do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada – IPEA. O debate é necessário porque cada vez mais os juros elevados contribuem para os altos índices de inadimplência das famílias brasileiras e as mulheres estão cada vez mais impactadas com esse abuso dos sobre o impacto dos juros elevados.

Debatemos em conjunto ainda com a Comissão de Seguridade Social e Família a Saúde Mental e Gênero, onde debatedores apontaram que as imposições sociais e culturais estão contribuindo com o adoecimento mental feminino. É comum atribuírem a mudança de humor das mulheres pela peculiaridade dos seus ciclos com loucura. E as mulheres estão sobrecarregadas com o cuidado com o lar, com os filhos, com a família. Atribuem muita culpa às mulheres, por não conseguirem administrar todas essas responsabilidades, pelo erro dos filhos, pela violência que sofrem e até mesmo por não elegerem mulheres para representá-las, o que aumenta ainda mais o peso sobre a vivência feminina, o que leva a um adoecimento mental e um alto índice de medicalização das mulheres por psicotrópicos, principalmente antidepressivos e ansiolíticos.

No Tribuna das Mulheres tivemos Janaina Oliveira, da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, que trouxe informações sobre a violência sofrida pela população LBT, em especial o “estupro corretivo”. Ela falou ainda sobre as dificuldades no atendimento em saúde, a ausência de políticas públicas adequadas e específicas para as mulheres LBT e o assassinato dessas mulheres. A outra edição do Tribuna das Mulheres trouxe a Professora Gina Vieira, que falou um pouco sobre seu projeto premiado internacionalmente “Mulheres Inspiradoras” e a importância de se ter referências para a construção de uma educação sem discriminação, que ela começa a ensinar seus alunos com sua postura quando entra em sala e não apenas quando replica conteúdo.

Nesse sentido, a CMulher fez um debate com educadoras do DF, no Dia de Luta por uma Educação Não Sexista e Sem Discriminação, sobre questões de gênero e raça no ambiente escolar. A idéia é construir uma campanha sobre o combate à discriminação de gênero e raça nas escolas, norteadas pelo documento do Ministério da Educação que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

A Comissão da Mulher ainda recebeu as Conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que levaram à Comissão um documento denunciando a mudança da Secretaria de Políticas para as Mulheres para o Ministério dos Direitos Humanos e pedindo apoio para a Secretaria voltar a ter status de Ministério e assim aplicar de maneira mais incisiva as políticas públicas voltadas para as mulheres. Recebeu ainda as representantes da Marcha das Margaridas, maior movimento de mulheres rurais que acontece no país e que terá sua próxima edição em agosto de 2019. Nas etapas regionais, as mulheres se reúnem para debater os problemas específicos das mulheres do campo e assim construir a Plataforma das Margaridas, documento que é entregue ao Congresso Nacional ao final da Marcha. Na oportunidade, pediram informações sobre o “Ônibus da Mulher”, unidades móveis para atender as mulheres em situação de violência nas áreas rurais, levando atendimento psicológico, social, jurídico e assistência em geral para as mulheres das comunidades mais distantes e carentes, que não tem como se locomover para denunciar a violência recebida.

  
Deputada Ana Perugini  
**Presidenta da CMulher**

# TODOS CONTRA OS JUROS ABUSIVOS

**D**eputados, defensores públicos e empresários defenderam, o último dia 19 de junho, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 160/15) que proíbe que os juros cobrados por instituições financeiras sejam maiores do que o triplo da taxa básica estabelecida pelo Banco Central. Atualmente, a Selic está em 6,5%.

O texto está em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, mas, segundo a deputada Zenaide Maia (PHS-RN), ainda não foi votado a pedido do então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

**“Os cartões de crédito cobram até 300%, 400% de juros, ao mês, das famílias brasileiras, enquanto no país de origem deles cobram no máximo 1%. Isso, para usar um eufemismo, é uma extorsão, pois na verdade trata-se de um roubo”**, criticou Zenaide, autora da PEC e do requerimento de realização da audiência pública.

Relatora da proposta na CCJ, a deputada Gorete Pereira (PR-CE), também esteve presente e se disse favorável à medida. Desde 2016, o parecer dela, pela aprovação, está pronto para ser apreciado.

**Foto**  
Zeca Ribeiro

**Texto**  
José Jance Marques com  
Agência Câmara Notícias





O debate ocorreu em audiência conjunta das comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor; e de Defesa dos Direitos da Mulher. Dois dos principais interessados no assunto – o Banco Central e a Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços – foram convidados, porém não enviaram representantes à audiência.

### **Superendividamento**

A defensora pública Cláudia Carvalho, que atua no Rio Grande do Norte, ressaltou a importância de se limitar os juros. “59% das famílias se encontram hoje na situação de superendividamento. É preciso que o Poder Legislativo crie mecanismos para que o poder público possa exercer efetivamente esse controle e essa regulação no sistema financeiro”, declarou.

Para o defensor público federal Eduardo Queiroz, a existência de uma lei que limite os juros possibilitará uma atuação mais positiva do Poder Judiciário. “Temos de assumir a defesa do consumidor como pauta essencial na luta contra os juros abusivos que a gente vê hoje em dia.”

“É inadmissível pagar juros anuais de 815% no cartão de crédito. Precisamos entancar essa sangria”, acrescentou a empresária Ana Paula Guedes.

Também se manifestaram favoravelmente à aprovação da PEC 160/15 os deputados Chico Lopes (PCdoB-CE); Esperidião Amin (PP-SC); Rafael Motta (PSB-RN); e Flávia Moraes (PDT-GO).

### **Alerta**

Já Bernardo Vieira Torres, representante da Secretaria Nacional do Consumidor, adotou uma postura mais crítica em relação à diminuição dos juros por meio de uma lei.

“Quando se limitam os juros, pode haver o que os economistas chamam de escassez de crédito, o que prejudicaria os consumidores”, explicou. “Nós iremos continuar avaliando a PEC e, caso realmente seja benéfica para o consumidor em todos os seus aspectos, não iremos medir esforços para apoiá-la.”

# Saúde mental feminina é tema de audiência pública

Foto

Zeca Ribeiro

Texto

Agência Câmara

**A** violência doméstica, a culpa e a não realização das expectativas impostas às mulheres são algumas das causas do adoecimento mental feminino. O tema foi debatido no último dia 26 de junho, em audiência pública conjunta das comissões de Seguridade Social e Família; e de Defesa dos Direitos da Mulher.

De acordo com a doutora em psicologia **Valeska Zanello**, coordenadora do Grupo de Pesquisa “Saúde Mental e Gênero”, da Universidade de Brasília, a forma de agir dos homens faz com que o Brasil seja um dos países do mundo onde mais se matam mulheres. As pressões sofridas pelas mulheres geram transtornos de ansiedade e depressão, entre outras doenças, aponta a professora.

Ela defende que é necessário discutir um tipo de masculinidade agressiva, que não só faz as mulheres adoecerem como também faz com que as principais causas de morte entre os homens sejam os homicídios, acidentes de carro e suicídios.

Para Valeska Zanello, não se pode falar em saúde sem debater a saúde mental. “A gente tem várias questões que precisam ser nomeadas e problematizadas. Por exemplo, um alto índice de medicalização das mulheres

por psicotrópicos, principalmente antidepressivos e ansiolíticos. Isso é invisibilizado. A gente tem o problema da violência contra as mulheres - o Brasil é o quinto país em feminicídio - como um fator de adoecimento, o que tem sido sistematicamente reificado no serviço de saúde mental.

Como formas de ajudar na manutenção da saúde mental das mulheres, Valeska Zanello propôs a construção de creches, para que elas possam retomar a vida após a maternidade, e o debate da questão de gênero nas escolas, para que meninos e meninas tenham outras perspectivas.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) destaca as pressões sofridas pelas mulheres como causas do adoecimento mental feminino. “As mulheres têm muito sofrimento psíquico. Primeiro que são silenciadas pela sociedade sexista, machista, misógina. Ao mesmo tempo, as mulheres muitas vezes são consideradas coisas, são coisificadas. Isso significa que não temos espaço para vivenciar a nossa própria humanidade”, disse. “Então, essa discussão de recorte de gênero na saúde mental, ela precisa ser considerada. É preciso dar visibilidade para que a gente possa ter políticas próprias”, concluiu.

Segundo Erika Kokay, a culpa é usada como um instrumento de dominação. A sociedade culpa as mulheres pelos erros dos filhos, pela própria violência que sofrem e até pela pouca representatividade na política, o que gera um grande sofrimento mental, afirma a deputada.

Já o psicólogo Adriano Lima, presente ao debate, afirma que a reivindicação dos direitos das mulheres não pode ser contra os homens. Para ele, não se pode declarar que todos os homens são violentos ou agressores.



*CLIQUE SOBRE O BOTÃO E ASSISTA  
A AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE  
SAÚDE MENTAL E GÊNERO*



# Direito Das mulheres à cidade

**Foto**

Zeca Ribeiro

**Arte**

José Jance Marques

**Texto**

Agência Câmara Notícias

A criação de vagões exclusivos no metrô para mulheres, como vem ocorrendo em diversas capitais brasileiras, divide opiniões de feministas, mas é consenso que a solução para o problema do assédio no transporte público deve ir além da criação deles. O tema foi um dos discutidos em audiência pública sobre o direito das mulheres à cidade, promovida pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Desenvolvimento Urbano da Câmara no último dia 14.

A jornalista Flavia Gianini, organizadora do ato “**Então eu grito**”, destacou pesquisa que indica 92% das usuárias de metrô favoráveis ao “vagão rosa”, embora 88% o considerem insuficiente para resolver o problema. “Segregar é uma loucura, mas qual é a resposta imediata que podemos dar ao problema do assédio?”, questionou. Ela observou que a solução do vagão exclusivo é apenas paliativa para garantir a segurança das mulheres, já que culpabiliza a mulher pelo assédio, responsabilizando-a pelo problema, e que é preciso pensar numa solução definitiva. >



Entre outras iniciativas para atacar o problema, Flavia defendeu canais de denúncia imediata de casos de assédio, por WhatsApp e SMS, como adotados no metrô da cidade de São Paulo. Na capital paulista, é relatado um caso de assédio em transporte público a cada dois dias, a maioria dos casos entre 7h e 10h da manhã.

Porém, segundo ela, muitas vezes a mulher é desestimulada pelos próprios seguranças do metrô a prestar denúncias.

Por isso, ela defendeu ainda o incentivo para que as mulheres denunciem o assédio; a educação de gênero da população, com o combate ao que chama de “masculinidade tóxica”; e a ocupação dos espaços de decisão pelas mulheres. Além disso, ela disse que é preciso conscientizar os agentes públicos, como delegados de polícia, para classificar corretamente os atos como assédio e estupro, e não como contravenção penal.

Já Sonia Coelho, representante da **Marcha Mundial das Mulheres**, criticou os vagões de metrô exclusivos para mulheres. “Queremos estar em todos

“Segregar é uma loucura, mas qual é a resposta imediata que podemos dar ao problema do assédio?”

**Flavia Gianini**  
organizadora do ato  
“Então eu grito”

os vagões e sendo respeitadas e livres de violência. Ter um vagão exclusivo é dizer que o machismo vai ficar livre e que nós vamos ficar aprisionadas em um vagão”, defendeu. Ela salientou que as mulheres são maioria entre os usuários do transporte público. No Rio de Janeiro, por exemplo, elas representam 56% dos usuários do metrô.

Sonia acredita que a ação dos governos é essencial para a construção de políticas que alterem as desigualdades de gênero e raça nas cidades. Entre as iniciativas necessárias, mencionou o investimento em iluminação das vias públicas e em redes de atendimento a vítimas de violência, além campanhas permanentes contra o assédio sexual.

#### **Direito à cidade**

“A mulher produz a cidade, e não usufrui o direito à cidade”, disse a professora Terezinha Gonzaga, do Centro Universitário de Votuporanga (SP). Segundo ela, a exclusão tem sexo, raça/etnia, classe social e orientação sexual. Ela salientou que as mulheres negras em sua maioria estão nas favelas, são o maior número de analfabetas, fazem o trabalho doméstico, ganham os piores salários e assistem diariamente à execução de seus filhos. “A violência de gênero e o feminicídio aumentam neste segmento da população”, acrescentou.

Ela lembrou que a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, “mulher que se apoderou do espaço urbano e do poder de fala”, foi executada há três meses. Os culpados pelo caso ainda não foram apontados. A professora destacou ainda que o Brasil é o quinto país em violência de gênero no ranking mundial, com 12 assassinatos de mulheres e 135 estupros por dia.

“Não podemos ser subalternas e passivas, e já é um rompimento estarmos fazendo esta audiência aqui”, afirmou a presidenta da Comissão



*CLIQUE SOBRE O BOTÃO E ASSISTA  
UMA REPORTAGEM DA TV CÂMARA  
SOBRE O EVENTO*

de Desenvolvimento Urbano, Margarida Salomão (PT-MG), que propôs o debate o debate com a deputada Ana Perugini (PT/SP), presidenta da CMulher.

### **Machismo e racismo**

A arquiteta e urbanista **Joice Berth** ressaltou que o machismo e o racismo são parte da construção e da formação das cidades brasileiras. “A gente tem na cidade a lógica da casa grande e senzala, com áreas nobres, espaços majoritariamente brancos, e as áreas de periferia e favelas, com a negritude em massa morando nesses espaços”, disse.

No caso do gênero, conforme ela, as mulheres têm uma série de impedimentos que não são institucionalizados. Ela resalta que grande parte das mulheres já sofreu assédio e as que dizem que não sofreram muitas vezes não são conscientes de que determinadas ações masculinas são expressões do machismo. “Há mulheres que acham que transitar na cidade e ser abordadas por um homem é elogioso”, citou.

Segundo ela, as mulheres negras têm a cidadania mutilada, por não vivenciarem a cidade da maneira que merecem. “A gente nem cogita 3h da manhã, numa noite de verão, ir tomar um sorvete”, citou, destacando o risco de todas as formas de violência. “A gente se priva de uma série de coisas na cidade, deixar de fazer coisas, deixar de frequentar lugares”, completou. Isso, de acordo com a arquiteta, leva muitas vezes ao isolamento das mulheres e à falta de confiança em andar sozinha, afetando sua autonomia.



**JOICE BERTH**

Arquiteta e Urbanista

# MAIS MULHERES NA POLÍTICA

**A** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados promove no último dia 13 de junho um seminário sobre a participação feminina na política. O evento foi solicitado pela presidenta da comissão, deputada Ana Perugini (PT-SP), e pela 3ª vice-presidenta, deputada Zenaide Maia (PHS-RN).

“Desde o sufrágio do voto feminino até 1988, com a Constituição Cidadã, o País não tinha desenvolvido ações específicas que incentivassem o ingresso das mulheres na vida política do País”, avalia Ana Perugini.

Segundo ela, da Constituição Federal até 2008, pressões nacionais e internacionais dos movimentos de mulheres levaram o Brasil a pensar em ações para incentivar uma maior participação feminina na política. “Uma década depois, o País segue ocupando o lugar 161º no ranking que mede a presença das mulheres na política, em um total de 186 países que compõem a Organização das

Nações Unidas analisados”, lamenta.

A parlamentar lembra que, nas eleições de 2016, dos 5.568 municípios brasileiros, em 1.286 deles nenhuma mulher foi eleita vereadora. “Além disso, os dados alarmantes apontam que 5 estados não têm nenhuma mulher eleita para a Câmara dos Deputados.”

## **Dinheiro para propaganda**

Hoje a Lei dos Partidos Políticos (9.096/95) já garante que 30% das candidaturas sejam de mulheres. Mas a bancada feminina argumentava que a simples reserva de vagas não diminuía as desigualdades, já que as candidatas recebiam apenas 5% dos recursos e 10% do tempo de propaganda.

Em maio deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral garantiu a aplicação de no mínimo 30% dos recursos do Fundo





Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para candidaturas de mulheres. Esse percentual, de acordo com a decisão, pode ser maior e será proporcional ao percentual de mulheres candidatas em cada partido.

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha foi criado no ano passado para tentar compensar a proibição de doações empresariais para as campanhas eleitorais. Ele totaliza R\$ 1,7 bilhão para as eleições de outubro.

Em março, o Supremo Tribunal Federal já tinha definido a aplicação mínima de 30% dos recursos do Fundo Partidário para as candidatas mulheres, com base na legislação eleitoral em vigor.

### Avanços

Na primeira mesa do seminário, as debatedoras avaliaram que as candidaturas femininas poderão ser alavancadas nas eleições de 2018 pela decisão do TSE.

A deputada Ana Perugini (PT-SP), destacou que hoje as mulheres ocupam apenas cerca de 10% das vagas na Câmara dos Deputados e que nenhum país conseguiu avançar em representatividade feminina no Legislativo sem a aprovação de uma cota.

Porém, lembrou que, durante a discussão da reforma política no ano passado, o Congresso não aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 134/15, que garante um mínimo de 10% de mulheres em cada casa legislativa, inclusive nos estados e municípios.

Danielle Fermiano, assessora da Secretaria da Mulher da Câmara, destacou que o Brasil ocupa a 154ª posição em participação feminina no Parlamento, em ranking elaborado pela União Interparlamentar que conta com 193 países (dados de maio de 2018). Conforme ela, existem bons exemplos na América Latina em que o Brasil pode se mirar.

“Cuba, por exemplo, ocupa o segundo lugar no mundo em representatividade feminina no Parlamento, com 53,2% de mulheres; a Bolívia ocupa o terceiro lugar, com 53,1% de mulheres; e a Nicarágua, o sexto lugar, com 45% de mulheres”, disse. Ela observou que Bolívia e Nicarágua têm regras de paridade de gênero, em sistema de lista fechada, para as eleições para o Legislativo.

### Cota atual

Para a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), a cota atualmente prevista na Lei dos Partidos Políticos (9.096/95), que garante 30% das candidaturas para mulheres, é “injusta e insuficiente”.

Carolina de Assis, da Organização Gênero e Número, foi uma das debatedoras a destacar que as eleições de 2018 representam uma oportunidade para as mulheres. Segundo ela, a cota de 30% de candidaturas femininas tem sido ineficiente porque os partidos recorrem a candidatas “fantasmas” para preencher a cota, sem fornecer estrutura e recursos para elas.

Ela lembrou que, do universo de 57,8 mil vereadores eleitos em 2016, somente 328 foram mulheres pretas – 0,6% do total – e apenas seis delas foram eleitas para as Câmaras de Vereadores das capitais, como a vereadora do Rio de Janeiro assassinada Marielle Franco.

### **Decisão sobre aplicação**

A consultora legislativa Ana Luiza Backes salientou que as decisões do TSE e do STF foram respostas à uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e a uma consulta e, justamente por isso, existem algumas dúvidas sobre sua aplicação - por exemplo, em relação aos critérios de distribuição dos recursos.

“Por exemplo, um partido que tem uma candidata a presidenta poderia decidir destinar todos os recursos previstos para mulheres para esta candidata, o que seria coerente dentro do que está fixado na lei, mas assim também estaria deixando de estimular candidaturas proporcionais”, citou. Ela disse que essa decisão deverá ficar a critério de cada partido.

Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), embora alguns partidos tentem questionar a decisão do TSE, ela é irreversível. Ela acredita que a aplicação dos 30% nas candidaturas femininas tem que ser decidida pelas mulheres do partido, e não pelas maiorias de homens das legendas.

### **Qualidade da democracia**

Para Jacira Melo, diretora-Executiva do Instituto Patrícia Galvão, a paridade de mulheres e homens no Parlamento tem a ver com a qualidade da democracia. Na visão dela, as mulheres têm “enorme sensibilidade em relação a temas da vida real, como questões relativas a saúde e à segurança pública”. Ela salientou que os partidos estão, de forma geral, muito afastados das questões importantes para a população brasileira.

### **Suécia**

Dados sobre a representação das mulheres nos Parlametos de 193 países revelam que, enquanto o Brasil está posição 154, com apenas 10% dos mandatos na Câmara, a Suécia está em sexto lugar, com 43% de deputadas mulheres. Em seminário na Câmara dos Deputados sobre a participação feminina nas eleições brasileiras deste ano, a experiência sueca foi um dos destaques.



O embaixador da Suécia, Per-Arne Hjelmhorn, explicou que, hoje em dia, todas as ações do governo sueco têm que assegurar a igualdade de gênero.

“Na Suécia, temos o primeiro governo feminista do mundo. Cada ministro na Suécia tem a responsabilidade e a obrigação de assegurar a igualdade de gênero em sua área de responsabilidade. Isso faz diferença. É fundamental entender que a igualdade entre os sexos não é questão das mulheres. É um tema muito relevante para os direitos humanos e também para o desenvolvimento e o crescimento econômico”, declarou.

Ex-líder do Partido Liberal e ex-integrante do Parlamento na Suécia, a embaixadora Maria Leissner lembrou que as mudanças culturais dos anos 60 e especialmente o feminismo foram fundamentais para que o país chegasse ao nível atual de igualdade de gênero.

“Na maioria dos partidos políticos nós temos coletivos de mulheres organizadas. E isso também é uma lição aprendida. Se nós não nos organizarmos, dentro de nossos coletivos e para além das fronteiras, e se não apoiarmos umas às outras na luta feminista, não chegaremos a lugar nenhum”.

### **Mulheres negras**

No Brasil, as dificuldades de representação são ainda

maiores para as mulheres negras. De acordo com Mônica Oliveira, representante do Comitê Mulheres Negras Rumo ao Planeta 50/50 da ONU, as mulheres negras permanecem excluídas da vida pública, devido à sobreposição das desigualdades de gênero, raça e classe social.

Ela alerta para a necessidade das cotas e dos recursos de campanha para que essas mulheres consigam se eleger como representantes políticas. A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) relembrou sua trajetória política repleta de exemplos de violência institucional, e convocou as mulheres negras a participarem ativamente das eleições, lançando suas candidaturas.

“Essa história de mulher não vota em mulher é uma coisa cruel pra nós! Porque é evidente que criam um sistema que nos exclui e depois dizem que a culpa é nossa, que a gente é que não vota na gente, é mentira isso! Nós não podemos assinar embaixo”.

Para que os partidos políticos recebam os recursos do fundo eleitoral, cada legenda deverá discutir os critérios de aplicação desse dinheiro na campanha. A representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gassman, lembrou que as mulheres precisam se organizar dentro dos seus partidos, nas próximas semanas, para garantir a divisão dos recursos entre as candidaturas femininas.





**Foto**

Zeca Ribeiro

**Texto e arte**

José Jance Marques com  
Agência Patricia Galvão

“Ele, desde o início, sempre foi um homem muito romântico. Veio com bombons e flores quinzenais. E eu falei: ‘Nossa, né?! Isso sim é amor’. No oitavo mês de gravidez aconteceu a primeira agressão. Eu queria comprar um tipo de berço e ele outro. Ele me agrediu, me empurrou, me bateu. Quase perdi o neném. Aí fui para minha mãe. Com aquele pensamento antigo de mãe, ela me fala: ‘Ah, você tem que mudar ele, você está grávida, tem família, tem que lutar pela sua família’. Voltei. Foi aí que ele me quebrou o nariz. Ele me deu uma cabeçada e quebrou o osso de dentro do nariz. Fui na delegacia da mulher para fazer um boletim de ocorrência. A delegada me perguntou ‘porque eu não podia esperar para conversar com ele no dia seguinte’ porque ‘eu sabia que ele estava bêbado’. Eu saí de lá me sentindo culpada e não fiz o boletim de ocorrência. E assim foi indo gradativamente. De um pegar no rosto, um empurrão a um tapa, a um murro. Nisso se passaram seis anos da minha vida. No começo eu entendia isso como ‘eu faço alguma coisa de errado. Eu não passo confiança para ele’. Todos os perfis são assim: eles fazem a gente se sentir culpada, feia. Então a agressão psicológica é um pouco pior do que a física, porque o roxo passa, o machucado cura, mas o emocional não”. Essa história é contada por **Vanessa** (nome fictício) em um vídeo da campanha promovida pela página do Facebook **Quebrando o Tabu**. Até o fechamento dessa edição o vídeo ([clique aqui e assista](#)) já

contava com 1,5 milhão de visualizações e dezenas de milhares de comentário.

A maioria dos comentários relatam episódios parecidos, em que mulheres enfrentam situações cotidianas de abusos e violência doméstica, e muitas evoluem para o feminicídio.

Uma das imagens mais associadas à violência doméstica e familiar contra as mulheres é a de um homem – namorado, marido ou ex – que agredir a parceira, motivado por um sentimento de posse sobre a vida e as escolhas daquela mulher. De fato, este roteiro é velho conhecido de quem atua atendendo mulheres em situação de violência: a agressão física e psicológica cometida por parceiros é a mais recorrente no Brasil e em muitos outros países, conforme apontam pesquisas recentes.

O modo de agir do agressor não costuma variar: aparece como alguém carinhoso/romântico e aos poucos vai aumentando o controle sobre os aspectos da vida da companheira. E a cada sinal de resistência, ele responde com alguma ameaça ou violência.

A história de Vanessa, assim como a de milhares de outras mulheres, mostra isso. “Eu comecei a chegar nele e conversar,





falar que queria terminar foi então que ele ameaçou se matar. E eu falava: ‘tudo bem, não vamos terminar. Vamos ficar bem’. Passavam 15, 20 dias e acontecia uma nova agressão. Falei que ia trabalhar e não fui trabalhar. Enchi o carro com tudo o que podia caber dentro dele e fui embora. Quando eu sai de casa, ele foi pra ponte da Consolação (SP) e disse que ia se matar”, conta.

Como não surtiu efeito, ele prometeu que a deixaria em paz se ela devolvesse o carro que usara pra ir embora. “É o carro que vai me dar paz? Eu vou te levar o carro!”. Ao entrar na garagem apra entregar o carro, o ex-companheiro a prendeu por quase três horas.

Desesperada, ela trancou as portas do carro e fechou todas as janelas. “A mãe dele pediu para eu abrir um pouquinho o vidro do carro pra falar com ela foi quando ele colocou a mão por dentro da janela e abriu a porta”, conta. Ele estava armado com um faca e tentou acertar o peito de Vanessa. Os golpes acertaram o braço direito, rompendo um nervo e lhe causando uma paralisia facial.

Já se passaram três anos desde que tudo isso aconteceu. Ele foi condenado por 13 anos de prisão por tentativa de homicídio triplamente qualificado e ninguém sabe de seu paradeiro. “Quem corre risco hoje sou eu e minha filha”, conta com receio de que ele volte.

### O que diz a Lei Maria da Penha

Violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, conforme definido no artigo 5º da Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340/2006.

Existem, pelo menos, cinco formas de violência doméstica e familiar definidas pela Lei Maria da Penha e nem todas deixam marcas visíveis. O [Dossiê sobre violência doméstica da Agência Patrícia Galvão \(clique aqui e acesse a íntegra do dossiê\)](#) enumera essa variação:

– **violência psicológica:** xingar, humilhar, ameaçar, intimidar e amedrontar; criticar continuamente, desvalorizar os atos e desconsiderar a opinião ou decisão da mulher; debochar publicamente, diminuir a autoestima; tentar fazer a mulher ficar confusa ou achar que está louca; controlar tudo o que ela faz, quando sai, com quem e aonde vai; usar os filhos para fazer chantagem – são alguns exemplos de violência psicológica, de acordo com a cartilha Viver sem violência é direito de toda

“Usar a palavra feminicídio para identificar a morte de mulheres importa para denunciar particularidades do gênero como um regime político específico”

Débora Diniz

mulher;

– **violência física:** bater e espancar; empurrar, atirar objetos, sacudir, morder ou puxar os cabelos; mutilar e torturar; usar arma branca, como faca ou ferramentas de trabalho, ou de fogo;

– **violência sexual:** forçar relações sexuais quando a mulher não quer ou quando estiver dormindo ou sem condições de consentir; fazer a mulher olhar imagens pornográficas quando ela não quer; obrigar a mulher a fazer sexo com outra(s) pessoa(s); impedir a mulher de prevenir a gravidez, forçá-la a engravidar ou ainda forçar o aborto quando ela não quiser;

– **violência patrimonial:** controlar, reter ou tirar dinheiro dela; causar danos de propósito a objetos de que ela gosta; destruir, reter objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos;

– **violência moral:** fazer comentários ofensivos na frente de estranhos e/ou conhecidos; humilhar a mulher publicamente; expor a vida íntima do casal para outras pessoas, inclusive nas redes sociais; acusar publicamente a mulher de cometer crimes; inventar histórias e/ou falar mal da mulher para os outros com o intuito de diminuí-la perante amigos e parentes.

### Dados

A cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física, segundo o estudo [Relógios da Violência](#), do Instituto Maria da Penha. Somente em 2015, a Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180, realizou 749.024 atendimentos, ou 1 atendimento a cada 42 segundos. Desde 2005, são quase 5 milhões de atendimentos.

Dados do levantamento realizado pela [Human Rights Watch](#) em 2017 apontam que no estado de Roraima, por exemplo, metade das acusações de violência doméstica prescrevem antes de alguém ser acusado. Não foi conduzida nenhuma investigação nos 8.400 boletins de ocorrência acumulados na capital Boa Vista.



Quando o assunto é violência sexual, os dados são ainda mais avassaladores.

Segundo dados do **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, o país registrou 1 estupro a cada 11 minutos em 2015. As estimativas variam, mas em geral calcula-se que estes sejam apenas 10% do total dos casos que realmente acontecem. Ou seja, o Brasil pode ter a medieval taxa de quase meio milhão de estupros a cada ano.

Cerca de 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes. Quem mais comete o crime são homens próximos às vítimas e os episódios ocorrem dentro do ambiente doméstico.

De acordo com o **Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil** (Cebela/Flacso, 2012), duas em cada três pessoas atendidas no SUS em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; e em 51,6% dos atendimentos foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência em 2011 – 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico.

A pesquisa **Violência e Assassinatos de Mulheres** (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013) mostra que apenas 2% da população nunca ouviu falar da Lei Maria da Penha e que, para 86% dos entrevistados, as mulheres passaram a denunciar mais os casos de violência doméstica após a Lei. E 86% concordam também que a agressão contra as mulheres deve ser denunciada à Polícia, demonstrando que o enfrentamento a esta forma de violência tem o respaldo da população.

### Da violência doméstica ao feminicídio

Desde 9 de março de 2015, a legislação brasileira prevê penalidades mais graves para homicídios que se encaixam na definição de feminicídio – ou seja, que envolvam “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

Para a antropóloga, pesquisadora e professora da Universidade de Brasília, Débora Diniz, a identificação de um tipo específico no direito penal para identificar o assassinato de mulheres é essencial. “Usar a palavra feminicídio para identificar a morte/matança de mulheres importa para

**“Avisem amigos, familiares, façam boletim de ocorrência e saiam de casa. Para sair de um relacionamento abusivo é estar ciente que vai entrar numa tempestade.”**

**Vanessa**

# HOMICÍDIOS DE MULHERES EM 2016

Unidade Federativa	Homicídios
Acre	23
Alagoas	101
Amapá	17
Amazonas	116
Bahia	441
Ceará	218
Distrito Federal	64
Espírito Santo	104
Goiás	238
Maranhão	159
Mato Grosso	104
Mato Grosso do Sul	80
Minas Gerais	375
Paraná	238
Paraíba	107
Pará	294
Pernambuco	282
Piauí	50
Rio Grande do Norte	100
Rio Grande do Sul	308
Rio de Janeiro	428
Rondônia	54
Roraima	25
Santa Catarina	107
Sergipe	60
São Paulo	507
Tocantins	45

Fonte: Ipea

denunciar particularidades do gênero como um regime político específico. Gênero foi palavra em disputa para a aprovação da lei penal. Falam-se em mulheres e não em gênero. Só corpos sexados femininos poderiam ser mortos por feminicídio. Mas mesmo sendo palavra oculta na lei, é do gênero que se fala. As mulheres mortas testemunham e denunciam os abusos do patriarcado”, avalia.

Em junho, representantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados foram a São Paulo para discutir o feminicídio no Brasil. A deputada Ana Perugini (PT-SP), que propôs o debate, explica que o crime de feminicídio está previsto na legislação desde 2015 (Lei 13.104/15).

“Os parâmetros que definem a violência doméstica contra a mulher, por sua vez, estão estabelecidos pela Lei Maria da Penha [11.340] desde 2006: qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família

ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de orientação sexual”, resume a parlamentar.

Segundo o **Atlas da Violência**, levantamento do Ipea, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%.

A base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde não fornece informação sobre feminicídio, portanto não é possível identificar a parcela que corresponde a vítimas desse tipo específico de crime. No entanto, a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência.

### **Mulheres negras morrem mais**

As categorias de gênero e raça são fundamentais para entender a violência letal contra a mulher, que é, em última instância, resultado da produção e reprodução da iniquidade que permeia a sociedade brasileira.

Pelo relatório do Ipea, desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%. Em vinte estados, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu no período compreendido entre 2006 e 2016, sendo que em doze deles o aumento foi maior que 50%. Comparando-se com a evolução das taxas de homicídio de mulheres não negras, neste caso, houve aumento em quinze estados e em apenas seis deles o aumento foi maior que 50%.

A pesquisadora Débora Diniz conta que as mulheres tem buscado maior proteção do Estado, mas ao mesmo tempo a vida das mulheres negras são mais precarizadas pela cor e pelo gênero. “No estudo que publicamos em 2015 sobre morte de mulheres no Distrito Federal encontramos que uma mulher negra tem três vezes mais chances de morrer de feminicídio que uma mulher branca. Se a casa é perigosa para todas,

**“Os parâmetros que definem a violência doméstica contra a mulher, por sua vez, estão estabelecidos pela Lei Maria da Penha”**

### **Deputada Ana Perugini**

para as mulheres negras também se morre por feminicídio na rua. Para as mulheres negras a brutalidade da violência parece desconhecer as fronteiras entre espaços, sendo a espetacularização da violência um sinal da maior precariedade da vida dessas mulheres”, avalia.

### **Tem saída?**

Para o enfrentamento da violência contra a mulher, além de dar visibilidade aos crimes, é fundamental a manutenção, a ampliação e o aprimoramento das redes de apoio à mulher, previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que viabilizam o atendimento e as alternativas de vidas para as mulheres. A rede de atendimento deve garantir o acompanhamento às vítimas e empenhar um papel importante na prevenção da violência contra a mulher. Além de ser assistida pelo sistema de justiça criminal, a mulher deve conseguir ter acesso à rede também por meio do sistema de saúde, já que em muitos casos as mulheres passam várias vezes por esse sistema antes de chegarem a uma delegacia ou a um juizado.

Vanessa diz que, ao contar sua história, quer que as mulheres que enfrentam situação de violência doméstica não fiquem com vergonha. “Avisem amigos, familiares, façam boletim de ocorrência e saiam de casa. Para sair de um relacionamento abusivo é estar ciente que vai entrar numa tempestade. Eles vão te cansar, vão te ameaçar, mas depois de [resistir a] tudo isso vem a tranquilidade. É quando você poderá buscar sua felicidade”, aconselha.

Para Débora Diniz, “a matança de mulheres deve nos provocar o espanto do horror, e nomear este cenário como feminicídio é resistir. O gênero é o principal contexto da morte pelo feminicídio, e os homens os principais culpados. Nesse sentido, falar sobre gênero é fundamental na luta pela igualdade e por uma sociedade livre de violência”, conclui. ■

# LUTO PARA NÓS É VERBO!

Esta foi a frase que ecoou no Brasil no dia 14 de março de 2018.  
Mulheres negras choravam a dor do assassinato da Marielle Franco.

**Joseanes Lima dos Santos**

Mestranda em Sustentabilidade Junto a Povos e Comunidade Tradicionais/MESTP/UNB  
Pós graduanda em Psicoterapia Jungiana / Instituto Jungiano de Estudos e Pesquisas  
Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno  
joseanesl@gmail.com



**Q**uando recebi a notícia da morte da Marielle Franco fiquei abatida pela tristeza.

Durante todo dia me lembrava das semelhanças entre nós: mulher negra, militante, mãe, de origem periférica, do axé, vozes de denúncia da violência estatal e policial. O tempo todo eu pensava: ela era uma de nós. A mídia falava que a execução da vereadora Marielle foi como um ataque a democracia.

Para mim não foi só isto. Foram quatro tiros para nos intimidar, para nos silenciar. Marielle, lésbica, intelectualizada, rompeu barreiras sem negar suas origens, inverteu a ordem da pirâmide social, onde é comum a mulher negra estar na base carregando todo o peso do trabalho precarizado e desvalorizado.

Mestra em administração pública, trouxe a público questões vivenciadas por grupos historicamente discriminados e resinificou o lugar da mulher negra em

todas as faces do preconceito de gênero e raça.

Durante a sua vida interrompida barbaramente, Marielle em sua trajetória comprovou o que disse Angêla Davis: “quando uma mulher negra se movimenta, toda a sociedade se movimenta com ela”.

A comoção nacional que se deu pela morte da Marielle e do motorista Anderson dialoga com as condições de vida de milhares de afro-brasileiros. As categorias de gênero e raça são geradoras de desigualdades que nós mulheres negras suportamos sozinhas.

Somos 23% da população feminina, totalmente invisibilizadas como sujeitas de direito. Segundo o Mapa da Violência do ano de 2015, em dez anos o



Ilustração: mariellefranco.com.br



homicídio de mulheres negras aumentou 54%, enquanto o das mulheres brancas caiu 9,8%. Para nós, não é coincidência que não haja nenhuma política pública voltada para minimizar o racismo que nos atinge de forma atroz. Trata-se da mais pura expressão do racismo institucional.

Os tiros que mataram a Marielle queriam calar a voz de uma subalterna ao olhar do opressor. Foram os mesmos assassinos de Dandara, líder quilombola (1695); Cláudia Silva Ferreira (2014), mãe, mulher negra, favelada, arrastada por 350 metros em vias públicas por uma viatura após ter levado um tiro no peito disparado pela polícia quando saiu para comprar comida para seus filhos. Também foram os assassinos de Luana Barbosa dos Reis (2016), espancada publicamente até a morte por policiais; e de Maria Eduarda (2017), menina de 13 anos morta a tiros dentro da escola. Todos estes casos estão sem solução.

No Brasil a impunidade tem cor, sexo e território. Nós mulheres negras estamos sendo mortas, assim como nossos filhos. São 23 mil jovens negros assassinados por ano, segundo o Mapa da violência de 2015.

Luto para nós é verbo! Por que o grito das mulheres negras que denunciam o sistema de opressões, a desigualdade e o racismo não está sendo ouvido? Trago aqui a fala de Elza Soares sobre a morte da Marielle:

*“Das poucas vezes que me falta a voz. Chocada. Horrorizada. Toda morte me mata um pouco. Desta forma, me mata mais, negra, lésbica, ativista, defensora dos direitos humanos. Marielle Franco sua voz ecoará em nós. Gritemos!”*



**QUANTOS MAIS  
VÃO PRECISAR  
MORRER?**

**#MARIELLEPRESENTE**

Hoje, todos sabem que Marielle Franco é um corpo coletivo. Os quatro tiros atingiram todas nós; todas aquelas que denunciam o racismo estrutural e a violência policial, a homofobia e a transfobia. Somos todas Dandara, Cláudia Ferreira, Maria Eduarda, Marielle. Hoje, ela está na consciência coletiva da população brasileira. Marielle presente! Queremos mátria, não queremos pátria, como cantou Caetano Veloso. Até que se realize esta utopia, continuaremos em Marcha contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver!

# NOMEAR O FEMINICÍDIO É RESISTIR À MATANÇA

Foto  
Anis  
Texto

José Jance Marques



Considerada pela Revista Foreign Policy, uma das 100 maiores pensadoras globais, a antropóloga **Débora Diniz**, que é professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e pesquisadora de questões que envolvem bioética e seus conflitos morais, é uma das vozes mais poderosas no universo acadêmico brasileiro quando o assunto é direito das mulheres. Débora conversou com a Revista Digital da CMulher sobre a relação entre violência doméstica e feminicídio.

## **RDCMULHER - O que configura o feminicídio?**

Débora Diniz - Eu diria que o feminicídio é uma palavra que representa práticas antigas e tão entranhadas em nossa cultura patriarcal. É a matança de mulheres pelo regime político do gênero. O feminicídio é homicídio de mulheres, mas importa a causa da matança para uma morte violenta ser assim classificada: a mulher precisa ter sido morta por violência doméstica

ou familiar, ou por discriminação pela condição de mulher.

## **RD - Qual é a importância de identificar quando o homicídio ocorre em razão do gênero?**

DD - Usar a palavra feminicídio para identificar a morte/matança de mulheres importa para denunciar particularidades do gênero como um regime político específico. Gênero foi palavra em disputa para a aprovação da lei penal. Falam-se em mulheres e não em gênero. Só corpos sexados femininos poderiam ser mortos por feminicídio. Mas mesmo sendo palavra oculta na lei, é do gênero que se fala.

**“As mulheres têm buscado maior proteção do Estado, mas ao mesmo tempo a vida das mulheres negras são mais precarizadas pela cor e pelo gênero”**

As mulheres mortas testemunham e denunciam os abusos do patriarcado.

## **RD - Na sua avaliação, por que há um registro grande de homicídio de mulheres, mas não há tantas classificações desses crimes como feminicídio? Haveria entraves ou resistências entre os agentes de segurança pública em registrar o crime de feminicídio mesmo quando preenche todos os requisitos legais?**

DD - Há duas possíveis explicações para o pouco uso desta classificação penal: o feminicídio ainda não foi incorporado ao léxico do operador do direito; ou há pouco interesse em nomear o feminicídio para apreendê-lo como uma matança pelo regime político do gênero.

Um dos possíveis efeitos em se nomear feminicídio é o de ampliar as formas de inteligibilidade de uma matança que permanece asilada na casa, nas cifras ocultas, ou no universo abstrato das taxas de homicídio. Se a matança de corpos sexados como mulheres se dá por um regime político

em um marco patriarcal de poder, esse verbete é já um gesto político audacioso. Femicídio passa a ser um neologismo que, quando enunciado, também provocaria a opressão do gênero escondida sob a neutralidade do tipo penal homicídio.

**RD - Com a lei Maria da Penha, os registros de violência doméstica contra mulheres não negras diminuíram, enquanto os de mulheres negras aumentaram. Esse fenômeno deve-se, na sua opinião, a um aumento no volume de denúncias ou a realidade das mulheres negras é ainda mais violenta?**

DD - Acredito que as duas explicações são possíveis: as mulheres tem buscado maior proteção do Estado, mas ao mesmo tempo a vida das mulheres negras são mais precarizadas pela cor e pelo gênero. Os maiores registros de violência contra mulheres negras também denunciam a racialização da dominação patriarcal. E não vale defender a tese de que vivemos uma democracia racial, ao contrário o Atlas da Violência também denuncia que mulheres negras morrem mais que mulheres brancas.

Não somos cordiais no convívio racial, uma mentira que acalma a soberania dos valores brancos repletos de cinismo para esconder sua face violenta. As mentiras da cordialidade e da democracia dificultam a enunciação de teses importantes sobre o Brasil – uma delas é reconhecer que somos um país de patriarcado racista.

**RD - Os dados do Atlas da Violência apontam que o número de mulheres negras mortas é maior do que o de mulheres não negras, o que pode explicar isso?**

DD - No estudo que publicamos em 2015 sobre morte de mulheres no Distrito Federal encontramos que uma

mulher negra tem três vezes mais chances de morrer de feminicídio que uma mulher branca. Se a casa é perigosa para todas, para as mulheres negras também se morre por feminicídio na rua. Para as mulheres negras a brutalidade da violência parece desconhecer as fronteiras entre espaços, sendo a espetacularização da violência um sinal da maior precariedade da vida dessas mulheres.

Mas a soberania patriarcal também alcança os homens que deveriam investigar crimes e nos proteger: também encontramos no estudo que a cifra oculta sobre a autoria da matança é seis vezes maior entre as negras que entre as brancas. Ou seja, não há solução investigativa ou sentença judicial sobre a morte dessas mulheres – o assassinato de

**“Uma mulher negra tem três vezes mais chances de morrer de feminicídio que uma mulher branca.”**

mulheres negras, além de mais comum que o de mulheres brancas, é mais desimportante para o Estado.

O fracasso da investigação tem explicação na mesma tese que mata ou violenta mais as mulheres negras: é o patriarcado racista que move os homens matadores e a ineficiência policial na investigação.

**RD - Como enfrentar o problema do feminicídio?**

DD - Minha principal inquietação é a de quem acredita que a simples inclusão do feminicídio no léxico punitivo resolveria o problema. O direito penal não pode ser a principal saída na luta pela igualdade de gênero.

Em 2015, publicamos estudo sobre

**“A matança de mulheres deve nos provocar o espanto do horror, e nomear este cenário como feminicídio é resistir.”**

a matança violenta de mulheres na capital do país. Acompanhamos todas as mulheres que chegaram cadáveres ao Instituto Médico Legal entre 2006 e 2011 – ou seja, ainda antes da classificação do feminicídio como um tipo penal. Iniciamos a pesquisa com registros de laudos cadavéricos.

Acompanhamos o trajeto do laudo para a investigação: da polícia para o processo judicial até alcançar a sentença. Encontramos que no Distrito Federal, uma em cada três mulheres foi morta por homens de suas relações afetivas ou familiares, e em 97% dos casos houve condenação do matador. Mesmo sem a nomeação particular, a matança já era punida pelo tipo genérico do homicídio, e penas altas eram a regra do castigo. Não há como saber se em todo o país esta engrenagem punitiva é movida da mesma maneira.

Mas estes dados nos alertam para o fato de que ampliar castigos não parece ser a solução para o problema. O Direito Penal não tem histórico de ser fraterno com as mulheres. Ao contrário, basta nos lembrarmos dos efeitos da criminalização do aborto no Brasil.

A matança de mulheres deve nos provocar o espanto do horror, e nomear este cenário como feminicídio é resistir. O gênero é o principal contexto da morte pelo feminicídio, e os homens os principais culpados. Nesse sentido, falar sobre gênero é fundamental na luta pela igualdade e por uma sociedade livre de violência. ■

# MINTERNET SEM MISOGINIA



**Foto**  
Zeca Ribeiro  
**Arte**  
José Jance Marques  
**Texto**  
Agência Câmara Notícias

**S**ancionada em abril, a chamada Lei Lola atribui à Polícia Federal a investigação de crimes cibernéticos de misoginia. O ódio, o desprezo e o preconceito contra mulheres ou meninas podem se expressar “de diferentes formas, como discriminação sexual, hostilidade, aversão, piadas, depreciação, no patriarcado, ideias de privilégio masculino, violência e objetificação sexual”, explica a **deputada Luizianne Lins (PT-CE)**, autora da lei.

As ameaças a **Lola Aronovich** começaram em 2008, quando ela pôs no ar o blog feminista Escreva Lola Escreva. A blogueira lembrou que diversas vezes registrou boletim de ocorrência e que a Delegacia da Mulher de Fortaleza, onde mora, disse não ter condições de realizar as investigações, pois envolviam ações complexas, como quebrar o sigilo de um site hospedado no exterior. Na ocasião, a Polícia Federal disse que não era sua atribuição investigar esse tipo de crime..

“A gente chegou ao nível de que muitas das pessoas que iam fazer BO na Polícia Civil, Delegacia da Mulher e a escrivã ficava com medo de assinar porque ela sabia que se assinasse com o nome dela, ia ser a próxima vítima a sofrer DOX – essa prática de descobrir os dados pessoais e divulgar. Então ela chamava um escrivão homem, porque misóginos têm mais criatividade para ameaçar mulheres do que homens”, contou Lola.

Para ela, a nova lei foi um grande avanço, pois a Polícia Federal é quem tem os mecanismos necessários para investigar esses crimes e que agora não tem mais como se eximir da função. Mas faz um alerta.

“Tem uma distância grande entre você aprovar uma lei e aplicar uma lei. A gente ainda precisa dialogar melhor com a Polícia Federal e também com outras instituições, como Safernet e Interozes, que são instituições com mais de 15 anos que conhecem bem o funcionamento de tudo isso na internet, pra que a gente consiga de fato aplicar essa lei”.

A representante da Polícia Federal no debate, Janaina Gadelha, disse que esses casos muitas vezes não chegam devidamente notificados ao órgão e confirmou que a lei pode trazer mudança. Representando o Ministério Público Federal, o procurador Vladimir Aras ressaltou que existe diferença entre o crime ser investigado pela Polícia Federal e ser julgado na esfera federal. Ele explicou que juízes federais só vão lidar com esses processos quando os crimes forem transnacionais

e estejam previstos em tratados internacionais. Ele afirmou também que o envolvimento da Polícia Federal não exclui a participação da Polícia Civil na investigação e que a parceria com os estados é a melhor forma de lidar com esses casos.

A deputada Luizianne Lins acredita que a Lei Lola é um mecanismo para que a internet seja um instrumento positivo na luta das mulheres.

“Que as jovens não se inibam de falar, de ser blogueiras e de dar o seu recado. Que muitas Lolos venham pela frente para que a gente possa ter de fato a internet como um mecanismo de libertação das mulheres e não mecanismo de opressão e de mais ainda violência contra nós.”

Segundo o Instituto Europeu para a Igualdade de Gênero, uma em cada dez mulheres já sofreu violência cibernética desde os 15 anos. E segundo a ONG Safernet, as mulheres correspondem 65% dos casos de cyberbullying e 67% dos casos de exposição íntima.



# PRÊMIO DIPLOMA MULHER CIDADÃ CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS

Texto  
Agência Câmara



O prazo para os deputados federais indicarem os nomes das candidatas ao prêmio Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós começou em maio. A documentação deverá ser entregue na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, situada no Anexo II, sala 150, Ala B, pavimento superior, até o dia 3 de agosto (sexta-feira).

A iniciativa visa homenagear as mulheres responsáveis por trabalhos ou ações que tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania, na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil.

## Diploma

A Câmara dos Deputados, desde a aprovação da Resolução nº 3/2003, que instituiu o “Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós”, já agraciou 35 mulheres, ao premiar cinco indicadas nos seguintes anos: 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2016 e 2017.

A Resolução nº 15, de 2016, que, entre outros, “cria a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher”, dá à CMulher a atribuição de conceder o “Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós”.

## Primeira deputada federal

Carlota Pereira de Queirós (13/02/1892 – 14/04/1982) nasceu na cidade de São Paulo. Médica, escritora, pedagoga e política, foi a primeira mulher brasileira a votar e ser eleita deputada federal. Ela participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1926, com a tese “Estudos sobre o câncer”. Membro da Associação Paulista de Medicina de São Paulo, “Association Française pour l’Étude du Cancer”, Academia Nacional de Medicina e Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, fundou a Academia Brasileira de Mulheres Médicas, em 1950.

Eleita deputada federal pelo estado de São Paulo em 1934, trabalhou por melhorias educacionais que contemplassem tratamento mais digno às mulheres e às crianças. Publicou uma série de trabalhos em defesa da mulher brasileira.

Mais informações podem ser obtidas pelos ramais **6-6961**, **6-6967** ou por e-mail: **cmulher.decom@camara.leg.br**

# Mulheres inspiradoras

**Foto**  
Zeca Ribeiro  
**Texto**  
Agência Câmara

A promoção de uma educação voltada para a diversidade de gênero e o combate ao machismo institucionalizado foram alguns dos pontos levantados pela professora Gina Vieira Ponte, ouvida, no último dia 26 de junho, no espaço “Tribuna das Mulheres” da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara.

**Gina** é professora da educação básica em uma escola pública de Ceilândia (DF) e idealizadora do projeto Mulheres Inspiradoras, livro que reúne textos de seus alunos sobre mulheres que os inspiram. “Foram mais de 150 entrevistas feitas pelos meus estudantes e pelas minhas estudantes. Em todas elas a figura decisiva na vida daquele adolescente era uma mulher: a mãe, a avó ou a bisavó”.

Segundo ela, é necessário pensar na promoção de uma educação não sexista, já que o machismo, de acordo com a professora, é algo tão cristalizado na nossa cultura que está institucionalizado dentro da escola.

Ela acredita que a Câmara dos Deputados tem um papel fundamental nesse sentido, porque é preciso pensar em leis e dispositivos que fortaleçam o trabalho de escola, estimulando a formação dos professores nessas temáticas. “Infelizmente, muitas das nossas meninas vão viver violação de direitos em casa.”





Se a escola não puder ser um espaço onde essa menina discuta essas questões, ela sequer vai ter condições de reconhecer a situações de violação de direito que sofre”.

Para a deputada Ana Perugini (PT-SP), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, a formação do professor precisa ser “justamente nos múltiplos saberes e principalmente na área cultural da perpetuação das desigualdades, que é o que nós mais combatemos hoje no nosso país”.

Gina explicou que, além de trabalhar o fortalecimento da identidade das meninas, é preciso também falar sobre a educação de meninos para que eles não reproduzam discursos machistas. Para ela, promover uma educação não sexista significa defender uma educação capaz de promover transformação social.

### **Escola sem Partido**

O projeto Escola Sem Partido também foi tema de discussão no debate. Para Ana Perugini, é muito importante derrubar o projeto dentro da Casa. “O professor precisa ter liberdade de expressão”, defendeu. A professora Gina concorda. “O Escola Sem Partido vai silenciar o professor que se indigna frente às injustiças, à homofobia, ao machismo e ao racismo que acontecem dentro da escola. Eu não quero ser silenciada”, declarou.

“Não é facultado à escola trabalhar esses temas ou não. É uma obrigação. Isso tá determinado na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Essa concepção de uma educação conservadora e tradicional, que não debate os temas contemporâneos, que não fala de sexualidade, de machismo e feminismo não encontra espaço na nossa Constituição”, acredita a professora.

### **Mulheres Inspiradoras**

O projeto Mulheres Inspiradoras foi dividido em quatro etapas. A primeira consistiu em estudar obras escritas por mulheres. “A gente lê muito mais homens do que mulheres. Os meninos e as meninas têm acesso à história

contada pela perspectiva dos homens”. Na segunda etapa, a professora propôs o estudo de biografias de grandes mulheres.

Depois, os estudantes foram convidados a conhecer a história de mulheres inspiradoras de Ceilândia. “São mulheres incríveis que estão fazendo um trabalho revolucionário nas suas comunidades, mulheres que atuam na saúde, na educação, como líderes comunitárias e como professoras”, contou. Na última etapa, a professora pediu que os alunos pensassem nas mulheres inspiradoras de suas vidas e foi aí que surgiu o livro.

“O mais impressionante era que na narrativa daquelas mulheres apareciam histórias de violação de direitos, mulheres que, de uma forma ou de outra, sofreram o impacto do machismo mas seguiram firmes nas suas trajetórias. E aí eu me dei conta que a beleza daquelas histórias era grande demais para ficar só comigo e com os meus alunos e nós transformamos num livro”, conta a professora.

### **Prêmios**

O projeto recebeu em 2014 o 4º Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2015, recebeu 1º Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos da Organização dos Estados Ibero-Americanos. No total, o projeto recebeu 12 prêmios, sendo dois internacionais, e foi transformado, em 2017, em política pública por força de um acordo de cooperação internacional.

### **Manuela D’Ávila**

Na ocasião, a deputada Ana Perugini registrou solidariedade à deputada estadual Manuela D’Ávila (PCdoB-RS), pré-candidata à Presidência da República, que, em entrevista na última segunda-feira (25) no programa Roda Viva, teve sua fala interrompida 62 vezes – uma prática conhecida como “manterrupting”. A deputada comparou a entrevista com a de Ciro Gomes, também pré-candidato, que foi interrompido apenas oito vezes no mesmo programa.

# Luta contra o estupro corretivo



**A**s denúncias de estupro "corretivo" contra lésbicas têm aumentado, segundo especialista ouvida no espaço "Tribuna das Mulheres" da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara.

**Janaína Oliveira**, da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, explicou que os casos de estupro como tentativa de corrigir mulheres lésbicas e bissexuais têm aumentado nas comunicações pelo telefone 180, que é um número para denúncias de violência contra a mulher.

Janaína reclama da falta de dados sobre esses casos, como o total de investigações realizadas e de punições aplicadas. Ela explicou que, de maneira geral, é difícil ter dados específicos sobre casos de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais e citou estudo de grupo

de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro que identificou um aumento dos assassinatos de lésbicas entre 2000 e 2017, no Brasil.

De acordo com o estudo, foram apenas dois casos registrados no ano 2000 e entre 2014 e 2017, o total foi de 126. Os órgãos de Segurança Pública, segundo Janaína, registram redução da violência contra mulheres brancas; mas há aumento contra mulheres negras. Ela acredita que o mesmo ocorra contra mulheres lésbicas e bissexuais.

Janaína relatou duas experiências pessoais da dificuldade da sociedade brasileira em aceitar os relacionamentos entre mulheres.

"Eu tenho uma relação que vai fazer agora 17 anos e eu particularmente não ando com ela de mãos

dadas, porque eu tenho medo de sofrer uma violência na rua. A gente ouve diariamente relatos de companheiras neste sentido", lamentou.

Ela também falou sobre preconceito no campo de saúde, que no tratamento ginecológico apenas lida a partir de uma relação heteronormativa. "Eu fiz o meu primeiro preventivo aos 30 anos, porque foram muito difíceis as primeiras consultas. Me perguntavam se eu tinha um marido, se eu tinha filhos, se eu já fiz aborto. Toda uma linha que não trazia a minha realidade de relação", relatou.

Presidenta da comissão, a deputada Ana Perugini (PT-SP) disse que muitas vezes a violência é institucionalizada e parte de comentários de investigadores policiais e até de deputados.



**Foto**  
Zeca Ribeiro  
**Texto**  
Agência Câmara

# Café com elas

## recebe a imprensa feminina

**D**eputadas da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher alertaram para o risco de a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de reservar no mínimo 30% do fundo especial de financiamento de campanha e do tempo de rádio e TV para candidaturas femininas valer só para as eleições de 2022.

Segundo Zenaide Maia (PHS-RN), alguns partidos estão recorrendo da decisão do TSE. Para as integrantes da comissão, o entendimento deve ser aplicado já neste ano. “O que a gente está querendo não é privilégio. Se as mulheres têm direito a 30% das candidaturas, elas também têm direito a 30% dos recursos para se candidatarem”, declarou a deputada.

Zenaide Maia considerou a reserva de recursos e tempo de rádio e TV um grande avanço “porque a experiência mostrou que só obrigar ter 30% de candidatura para mulheres não estava resolvendo”.

### **Economia do Cuidado**

Durante a reunião, a presidenta da comissão, deputada

Ana Perugini (PT-SP), falou sobre o Projeto de Lei 7815/17, de sua autoria, que prevê a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais. O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão da Mulher e aguarda parecer do relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

O objetivo da proposta, segundo Perugini, é reconhecer a dupla jornada das mulheres no PIB nacional. “Chegamos a trabalhar sete horas e meia por semana a mais que os homens. Isso tem que ser levado em consideração na elaboração e na aplicação das políticas públicas”, justificou.

### **Café Com Elas**

O debate ocorreu em mais uma edição do **Café Com Elas**, reuniões semanais realizadas pela a Comissão da Mulher para dialogar com movimentos sociais. Na edição do dia 5 de junho, as convidadas foram representantes da mídia, como editoras de revistas e sites, além da Defensoria Pública da União e das deputadas.





### Comissão rejeita proposta que considera contravenção penal pessoa trans usar banheiro do novo gênero

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher **rejeitou** proposta do deputado Professor Victório Galli (PSL-MT) que considera contravenção penal o uso do banheiro público em desacordo "a seu sexo masculino ou feminino". Pelo projeto (PL 5774/16), em caso de mudança de gênero por tratamento hormonal, será preciso comprovar a mudança de nome por decisão judicial transitada em julgado para ter acesso ao banheiro conforme a nova condição.

A proposta inclui a medida na Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41). A pena prevista é de prisão simples, de 15 dias a três meses, ou multa.

O parecer da relatora, deputada Erika Kokay (PT-DF), foi contrário ao PL 5774/16 e ao PL 9742/18, projeto apensado de teor semelhante. Ela argumenta que as propostas "são totalmente desfavoráveis aos direitos de um grande grupo de mulheres – as mulheres trans".



### CMulher aprova Emendas à LDO 2019

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizou reunião deliberativa para aprovação das Sugestões de Emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Projeto de Lei nº 2/2018-CN (PLDO 2019).

Regimentalmente, a Comissão pode apresentar até duas emendas de inclusão no Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2019. Foram aprovadas as seguintes Ações: 'Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais' e 'Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres', com a alteração para que a ação também seja destinada ao Programa Patrulha Maria da Pena.



### CMulher recebe conselheiras do CNDM

As Conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher trouxeram para a Comissão uma nota de repúdio contra a transferência da SPM para o Ministério dos Direitos Humanos, informando que 41 servidoras técnicas serão devolvidas para seus órgãos de origem. Elas estiveram com a SEGOV e conversaram com a Secretária Adjunta Viviane e na Casa Civil, com Ricardo Vieira, para levar o problema.

Entregaram uma nota de repúdio para a Comissão e assinaram junto com as parlamentares um pedido de audiência junto à coordenadora da Bancada Feminina, deputada Soraya Santos, já que ela não pode se reunir com as Conselheiras para ouvir a reclamação.

De acordo com as Conselheiras, a SPM foi transferida à pedido da Bancada Feminina e elas gostariam de esclarecimentos diante da notícia publicada sobre o fato.